

## ATA

### 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES

**Data:** 06, 07 e 08 de novembro de 2023

**Local:** Kubitschek Plaza Hotel - SHN, Q. 2 BL E, Asa Norte, Brasília/DF

**Relatoria:** Tamara Ilinsky Crantschaninov e Laila Bellix (Vena Consultoria), Bruno Tiburcio e Rachel Benedet (Secretaria-Executiva do ConCidades)

#### INTRODUÇÃO

Este documento apresenta um breve relato das atividades da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), nos dias 06 e 07 de novembro de 2023, bem como o relato completo dos itens constantes da pauta no dia 08 de novembro de 2023.

Criado em 2004, no primeiro governo Lula, o ConCidades é um órgão colegiado, com poder consultivo e deliberativo. O objetivo das negociações é o desenvolvimento das cidades de forma sustentável nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte, mobilidade urbana e planejamento territorial. O ConCidades também é responsável pelas deliberações acerca das Conferências das Cidades. O Plenário do ConCidades é composto por 86 representantes titulares e 86 suplentes das seguintes categorias: Poder Público Federal; Poder Público Estadual; Poder Público Municipal, por meio de associações e frentes de representação municipalista; movimentos populares; entidades empresariais; entidades de trabalhadores; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; e organizações da sociedade civil.

O Conselho estava inativo desde 2017. Este momento marca a retomada do Conselho, com o restabelecimento da sua quinta gestão e o início da organização da 6ª Conferência Nacional das Cidades (6ª CNC), prevista para novembro de 2024.

A reunião extraordinária ocorreu conforme as expectativas da organização, com ajustes nas atividades e horários, de acordo com as circunstâncias de cada momento. Todas as atividades foram cumpridas e os pontos necessários foram aprovados, conforme detalhado neste relatório. A participação dos conselheiros e conselheiras eleitos (as) foi significativa, contribuindo para os debates realizados durante todo o evento.

Entre os temas tratados e resoluções aprovadas, ressalta-se:

- Aprovação da Resolução ConCidades nº 1/2023 que restabeleceu o mandato da 5ª gestão do conselho e designou novos representantes



- para o Conselho das Cidades. Os membros da 5ª gestão foram eleitos no processo da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em 2013;
- Definição da composição dos comitês técnicos, bem como os representantes da Coordenação-Executiva do ConCidades e os representantes da Coordenação-Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
  - A Coordenação Executiva do ConCidades aprovou o cronograma de atividades do conselho para 2024 e a criação de um grupo de trabalho para revisar a estrutura e funcionamento do conselho, visando a adaptação à realidade atual das cidades. Isso contribuirá para a construção de um novo Decreto do ConCidades (atualmente regido pelo Decreto nº 5.790/2006);
  - A Coordenação-Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades aprovou o cronograma preliminar das etapas da conferência, que culmina na realização da etapa nacional em novembro de 2024. O cronograma prevê, inicialmente, que as conferências municipais ocorrerão entre fevereiro e 15 de maio de 2024, enquanto as conferências estaduais estão planejadas para acontecer entre 16 de maio e agosto. Também foi aprovado o temário central da 6ª CNC: a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Além das propostas a serem aprovadas pela conferência nacional, também será eleita a nova gestão do ConCidades; e
  - As reuniões dos comitês técnicos foram coordenadas pelas Secretarias Nacionais responsáveis pelas pautas no âmbito do Ministério das Cidades - Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, Habitação, Mobilidade Urbana, Periferias e Saneamento Ambiental. Durante as reuniões, os conselheiros apresentaram propostas e debateram prioridades relacionadas às respectivas pautas, que, após aprovação, foram submetidas ao Plenário. As definições feitas em plenário estão descritas neste documento.

O presente relatório está organizado na ordem cronológica das atividades, por dia de reunião, com apresentação de um breve relato de cada sessão acompanhada pela equipe de relatoria. Os relatos completos das reuniões dos Comitês Técnicos e das Coordenações Executivas do ConCidades e da 6ª CNC encontram-se em documento próprio. As reuniões dos segmentos não foram acompanhadas, visto que se trata de momento autogerido por cada grupo.



## 1º dia: 06 de novembro

- Abertura solene;
- Aprovação da Resolução que restabelece o mandato da 5ª Gestão do ConCidades;
- Abertura dos trabalhos do Plenário
  - Aprovação da Pauta da 6ª Reunião Extraordinária;
  - Apresentação institucional do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades;
- Reuniões dos segmentos; e
- Instalação dos Comitês Técnicos e Coordenações Executivas do ConCidades e da 6ª CNC.

## 2º dia: 07 de novembro

- Reuniões dos Comitês Técnicos:
  - CT Habitação;
  - CT Mobilidade Urbana;
  - CT Planejamento e Gestão do Solo Urbano;
  - CT Saneamento Ambiental; e
  - CT Periferias.
- Reunião da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades:
  - Apresentação do projeto da 6ª Conferência Nacional;
  - Discussões sobre o escopo, prazos e temas da conferência; e
  - Aprovação do calendário da 6ª Conferência e ajustes no cronograma das etapas municipais e estaduais.

## 3º dia: 08 de novembro

- Relatos dos Comitês Técnicos;
- Deliberações;
- Sistematização dos Trabalhos das Coordenações Executivas do ConCidades e da 6ª CNC; e
- Encerramento.

## DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

### 1º DIA - 06 DE NOVEMBRO DE 2023

A 6ª Reunião Extraordinária do ConCidades teve início com a cerimônia de abertura na manhã do dia 6 de novembro de 2023, com a presença do Ministro de Estado das Cidades, Presidente do conselho, que enfatizou a importância da colaboração coletiva e o papel central desempenhado pelo Conselho das Cidades no fortalecimento das políticas públicas. A Secretária-Executiva do ConCidades, Fabiola Barros, ressaltou a importância do retorno do ConCidades.

A mesa de abertura foi composta por representantes dos movimentos populares e dos segmentos que compõem o conselho: Vidal Barbosa (UNMP/ Movimentos Populares), Neila Gomes (MNLM/ Movimentos



Populares), Bartíria Perpétua (CONAM/ Movimentos Populares), Neide de Jesus Carvalho (CMP/ Movimentos Populares), Clarice Oliveira (IAB/ Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa), Aparecido Donizeti (CUT/ Entidades de Trabalhadores), Sérgio Porto (FESECOVI/ Entidades Empresariais), Carlos Comassetto (FRENAVRU/ Poder Público Municipal), Orlando Bonette (Governo do Paraná/ Poder Público Estadual) e Socorro (Habitat para a Humanidade/ ONGs). Na solenidade, também estiveram presentes os Secretários Nacionais do Ministério das Cidades, o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o Secretário Nacional de Participação Social, Renato Simões.

Após a sessão de abertura, foi aprovada *ad referendum* a **Resolução ConCidades nº 1/2023** pelo pleno do conselho, que restabeleceu o mandato das entidades membros da 5ª gestão e designou seus respectivos representantes para o Conselho das Cidades. Os membros da 5ª gestão foram eleitos no processo da 5ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2013.

No período da tarde, se deu início aos trabalhos do Plenário.

## PAUTA OBRIGATÓRIA

Para o cumprimento da pauta obrigatória, iniciou-se com a apresentação dos itens da pauta:

- Aprovação da Pauta da 6ª Reunião Extraordinária do ConCidades;
- Aprovação do calendário de reuniões ConCidades para 2024;
- Apresentação institucional do Ministério das Cidades; e
- Apresentação do Conselho das Cidades.

Abriu-se a fala para algumas contribuições das pessoas presentes. Citaram que é necessário revisar os processos realizados desde a última atuação do Conselho, como Conferências municipais e estaduais, já que está sendo iniciado um novo momento de participação social. Houve manifestações contrárias e favoráveis. Este ponto será discutido na reunião prevista para o dia seguinte, da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

A pauta da reunião foi **aprovada por unanimidade**.

Passou-se a aprovação do calendário de reuniões. A proposta do Ministério das Cidades foi:

- Reuniões do plenário: final de 22 a 24 de janeiro, 15 a 17 de abril e 15 a 17 de julho de 2024.



A esse respeito, algumas pessoas se manifestaram pela alteração da próxima reunião do plenário para dezembro, para convocação das conferências municipais, além de manifestações a respeito de reuniões virtuais e híbridas.

O calendário não foi aprovado. Será debatido na Coordenação Executiva da 6ª CNC e **será objeto de deliberação no último dia de reuniões.**

A Coordenadora do Conselho das Cidades, Rachel Benedet, fez uma rápida apresentação sobre a nova estrutura organizacional do Ministério das Cidades e do histórico, funcionamento e estrutura do Conselho das Cidades.

Seguiu-se para as reuniões dos segmentos, que não foram acompanhadas neste relato.

## **INSTALAÇÃO DOS COMITÊS TÉCNICOS E COORDENAÇÕES EXECUTIVAS DO CONCIDADES E DA 6ª CNC**

Os segmentos apresentaram suas listas de composição dos Comitês Técnicos e Coordenações Executivas.

A Reunião da Coordenação Executiva do ConCidades foi adiada para o dia seguinte (07.11), pelos atrasos da programação.

### **2º DIA - 07 DE NOVEMBRO DE 2023**

#### **REUNIÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS**

Os relatos completos das reuniões dos Comitês Técnicos encontram-se em documentos próprios.

#### **REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA 6ª CNC**

A reunião da Coordenação Executiva foi iniciada com a apresentação do Canvas do projeto da 6ª Conferência Nacional das Cidades, com proposta de escopo e aspectos operacionais.

Abriu-se a fala para contribuições sobre a proposta apresentada. No geral, as discussões se centraram sobre os prazos propostos pelo Ministério das Cidades. Foram sugeridos ajustes no cronograma das etapas municipais e estaduais e aconteceu um debate sobre a realização da Conferência no ano de 2024. Houve, também, manifestações sobre o escopo de pauta da Conferência, com sugestões de inclusão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano nos debates.

Em processo de votação dos membros da Coordenação Executiva, foi **aprovado por unanimidade o seguinte calendário:**



- Discussão do texto base, regimento interno e convocatória: janeiro de 2024;
- Etapas Municipais: fevereiro à 15 de maio de 2024;
- Etapas Estaduais: 15 de maio à agosto de 2024 (\*);
- Etapa Nacional: novembro de 2024;

(\*) Em relação ao calendário das etapas municipais e estaduais, foi deliberado que o Ministério das Cidades faça consulta jurídica sobre a realização durante o período eleitoral. Caso tenha algum impedimento jurídico para o cronograma aprovado, a Coordenação Executiva irá ajustar tais datas.

### **3º DIA - 08 DE NOVEMBRO DE 2023**

As atividades do terceiro dia foram realizadas em plenária, para apresentação e aprovação dos relatos dos Comitês Técnicos. Os relatos na íntegra de cada comitê serão disponibilizados na plataforma REDUS e no site do Ministério pela equipe técnica da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades.

### **RELATOS DOS COMITÊS TÉCNICOS**

#### **CT Saneamento**

A apresentação foi realizada pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

Foram trazidas 2 moções de recomendações:

- Imediata retomada de investimento e apoio à gestão pública no setor de saneamento público e redefinição dos papéis dos bancos públicos priorização de investimento e gestão pública no setor
- Sensibilizar o governo federal para audiências públicas junto com parlamento para discutir a participação dos municípios para discutir a PL 412

Depois, foram abertas falas de complementação e questionamento ao relatório apresentado pelo Comitê.

- Levantou-se o momento em que estão as cooperativas de catadores que estão à mercê do mercado e também pelo excesso e tributação. Ressaltou que é preciso haver recomendações para que tenha investimento público e desoneração para sobrevivência da atividade social e ambiental. A Secretaria respondeu ao questionamento explicando as ações que o governo federal tem realizado nessa questão,





dando enfoque especialmente no trabalho do Comitê de Inclusão Socioeconômica de Catadores (CISC) que o Ministério da Cidade integra. Ressaltou as iniciativas que o Ministério é responsável por ações que visam trabalhar de forma direta para aquisição de equipamentos e compra de veículos. Também trouxe que há uma discussão na Secretaria Nacional de Habitação para que entidades organizadas possam solicitar moradia para esse público. Ademais, o CISC junto ao Ministério da Fazenda para aumentar em 18% a alíquota de importação de resíduos. Já, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, há uma discussão de diminuição do ICMS dos materiais recicláveis.

- Enfatizou-se a defesa da não privatização das empresas de abastecimento de água e esgoto estaduais e municipais. Relatou-se o caso da privatização das empresas no Pará - em que o governo deve privatizar a distribuição e ser responsável pelo tratamento. Reiterou-se a preocupação que isso pode afetar os municípios menores e economicamente vulneráveis. Reforçou-se essa pauta como importante para o Conselho. A Secretaria reiterou que o ponto de debate pelo Conselho da Lei 14.026-2020, sobretudo no aspecto da regionalização, tem como objetivo fazer essa discussão sobre a privatização desses serviços.
- Foi colocada uma questão de ordem sobre o método de debate, uma vez que o foco do plenário seria complementar ou trazer discordâncias do relatório e não voltar a discussão que foi realizada nos Comitês Técnicos. Respondeu-se à questão de ordem ressaltando que, no caso da pergunta sobre os catadores de materiais recicláveis, cabia uma explicação, mas concordou com a sugestão de enfoque na pauta e rito do plenário.
- Sugeriu-se que a reciclagem seja inserida no Programa “Minha casa, minha vida – Entidades” com verba adicional, sem prejuízo dos catadores e das verbas de construção.

O relatório do Comitê de Saneamento foi **aprovado por unanimidade** no plenário.

As moções de recomendações foram **aprovadas por unanimidade** no plenário.

## CT Mobilidade Urbana

O relatório do Comitê foi apresentado pela Coordenação-Geral de Regulação da Mobilidade Urbana da Secretaria de Mobilidade Urbana, com enfoque nos encaminhamentos para a plenária. Além do relatório, foi trazida a moção de apoio à implementação do Sistema Único de Mobilidade Urbano.



Ao abrir as falas, foram trazidos os seguintes pontos:

- Foi feita uma observação de que na fala em que consta “mulher” seja substituída por “gênero e raça” para incluir os diferentes segmentos; e
- Também se complementou a importância de colocar um ponto que foi discutido no Comitê que é a defesa das empresas públicas e contra as privatizações no sistema de mobilidade. Também trouxe que houve o debate na Comissão e que um dos temas que será apresentado para a 6ª Conferência Nacional das Cidades é justamente a questão do Sistema Único de Mobilidade Urbana. A Coordenação-Geral reforçou que houve a discussão sobre privatizações e a sugestão de debater o SUM na Conferência e indicou que o relato será complementado com essas informações.

O relatório do Comitê de Mobilidade Urbana foi **aprovado por unanimidade** no plenário.

A moção de recomendação também foi **aprovada por unanimidade** no plenário.

## CT Planejamento e Gestão do Solo Urbano

O relato das contribuições e debates do Comitê de Desenvolvimento Urbano e Metropolitana foi apresentado por Cesar Augustus De Santis Amaral, Analista de Infraestrutura de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades.

Foi trazida para a plenária a inclusão de pauta urgente de discussão dos impactos da reforma tributária no desenvolvimento urbano, em especial o IPTU.

Na abertura de falas do plenário, foram feitas as seguintes colocações:

- A criação de um grupo de trabalho, constituído por membros dos quatro Comitês Técnicos existentes, a fim de examinar e opinar acerca do Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU);
- A readequação dos centros das cidades foi assinalada enquanto uma possibilidade a ser estimulada a fim de contemplar a presença da população carente;
- Reforçou-se a importância de tratar do financiamento em relação à questão metropolitana. Financiamento das políticas que são comuns e soluções compartilhadas. Acrescentar o que foi debatido o financiamento urbano e metropolitano; e
- A última fala trouxe a criação de GTs e, em especial, o que vai tratar do Sistema de Desenvolvimento Urbano, que foi tema central trazido pela coordenação geral. Foi sugerido, então, o destaque desse grupo com





asterisco (\*) para que possa ser unificado com o grupo da coordenação geral e se somem esforços. A Secretaria Executiva pontuou que os grupos de trabalho podem ser integrados e essa avaliação pode ocorrer em outro momento posterior.

O relatório do Comitê de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano **foi aprovado por unanimidade** no plenário.

## CT Periferias

Foi apresentado o relatório do Comitê pela Coordenação-Geral de Articulação da Secretaria Nacional de Periferias. Apresentou-se o detalhamento das discussões, as recomendações e encaminhamentos para o Comitê, com foco especial para criação de instância de conflitos fundiários e Grupo de Trabalho dentro do Comitê para esse apoio e integração entre os Comitês.

Ao abrir as falas, foram trazidos os seguintes pontos:

- Foi feito um destaque para reforçar a criação de instância que atue na mediação de conflitos urbanos. Levantou-se que o despejo zero salvou vidas em todo o Brasil e pediu uma salva de palmas àqueles que estiveram à frente desse processo. Reiterou que, além do despejo zero, o conselho e o governo têm que assumir essa pauta da reintegração de posse e conflitos urbanos.
- Também foi feita uma sugestão de que, na instância de conflitos fundiários, considerem a participação da SPU.
- Outra sugestão foi a criação de um GT que integrasse periferias, habitação e desenvolvimento urbano para tratar da questão dos conflitos urbanos. Relembrou a ação do STF que permite que os proprietários retirem moradia sem ação judicial.
- A Secretaria Executiva reiterou que a equipe do Ministério vai criar um quadro para visualizar e aglutinar os diferentes GTs sugeridos para trabalhar de modo transversal.
- Na sequência, outra sugestão - de que, além de fortalecer a participação, as entidades possam acessar os recursos do PAC e regularização fundiária.
- Por fim, uma última sugestão foi a de construir um mosaico dos atores que serão convidados para os diferentes comitês e reiterou que o Conselho de Direitos Humanos deve ser convidado para esse GT de conflitos.

A Secretaria Executiva fez uma questão de ordem e propôs que as apresentações das Coordenações do Conselho e da Conferência, que estavam



previstas para a tarde, acontecessem antes do almoço. O plenário concordou com a alteração na agenda.

O relatório do Comitê de Periferias foi **aprovado por unanimidade** no plenário.

## CT Habitação

O relatório do Comitê de Habitação foi exposto para o plenário do Conselho com os principais pontos de discussões, a organização em temas de trabalho e as prioridades do Comitê.

Além do relatório de debate, o Comitê apresentou 2 recomendações:

- Criação de Grupo de Trabalho para discutir regulamentação do trabalho social;
- Estabelece que a habilitação de entidades organizadoras atuantes nas linhas de atendimento do Programa Minha Casa em áreas urbanas e rurais seja concedida para construção de unidades habitacionais de quantidade igual ou superior à habilitação anterior.

Na sequência, foi aberto o espaço para colocações dos conselheiros e conselheiras e trazido os seguintes pontos:

- Foi trazida uma questão de ordem do encaminhamento do Comitê que não apareceu no relato que é a retomada da resolução de melhoria habitacional aprovada pelo antigo Conselho das Cidades (Resolução n. 182 de 2015);
- Sugeriu-se que fique vermelho sobre o banco de terras, que é um assunto que precisa ser aprofundado. Relatou que instâncias que SPU está promovendo no tema, como por exemplo o grupo de trabalho, será em breve convocado. Disse que se recordava de 3 monções de recomendações e reiterou que haja divulgação do que é consensual e destaque aquilo que carece de aprofundamento;
- Relembrou-se que houve uma retomada atropelada do Grupo, mas que o relato organizou o debate. Pediu para reiterar e incluir na ata o resgate da resolução antiga. Relembrou que o GT sugeriu que na próxima reunião se traga a resolução existente. Sobre a resolução do trabalho social, reforçou a necessidade de criação do GT - que terá 30 dias de trabalho - para aprofundamento dos temas;
- Na sequência, um representante apontou a sugestão de 3 temas haviam sido tirados como resolução e não apareceram no relatório: qualificação dos projetos habitacionais - integração com ministério da educação, cultura, assistência social, saúde e desenvolvimento econômico em atuação interministerial puxada pelo Ministério da Cidade; interface com trabalho técnico social, criação de um programa de segurança pública e



social nos conjuntos; técnico social, estende para mais 2 anos quando entrega e precisa sair resolução para os projetos que estão saindo agora;

- A Secretaria trouxe o número da resolução anterior do Conselho anterior (Resolução n. 182 de 17 de setembro de 2015). Reiterou que incorporaram a sugestão de Comacedo, mas não em forma de recomendação porque não tinha minuta, mas na próxima reunião do Comitê será retomado;
- Houve uma fala que levantou a provocação sobre os antigos empreendimentos e suplementação de obras. Solicitou que, na próxima reunião do Conselho, haja uma discussão dos antigos empreendimentos, além dos novos e retomados com feedback do Secretário sobre tais temas;
- Também foi realizada uma fala sobre o tema da segurança, trazendo a questão da milícia nos empreendimentos do MCMV. Levantou outro ponto que é a questão dos moradores em situação de rua, que não estão sendo tratados diretamente. Ressaltou que é preciso ter um olhar para esse público;
- Foi sugerida a criação de um sistema para acompanhar os cadastros de todas famílias e entidades beneficiárias dos programas. Trouxe o caso do Paraná que está tentando unificar. Ressaltou a importância de retomar, também, os conselhos estaduais e reiterou a importância de se ter uma resolução ou recomendação do conselho para a retomada dessas instâncias;
- Levantou-se a preocupação com item n.20 e relatou o caso da situação de Araras em que as unidades não tiveram aprovações corretas e condomínio está despejando os moradores. Trouxe que o texto como está não dá conta da violação das famílias por processos judiciais de condomínios. Levantou a necessidade de discutir a descriminalização das drogas e encarceramento em massa quando for tratar da segurança pública. Por fim, reiterou que todos os programas e iniciativas devam fomentar o cooperativismo e trabalho decente em todos os contratos do Ministério das Cidades. Em relação à população em situação de rua, reforçou que é preciso ter um serviço social de moradia e, para tanto, é preciso se relacionar com o sistema SUAS;
- A Secretaria esclareceu que o item 20 referia-se à ocupação de imóveis de forma irregular e em desvio de finalidade. Compartilhou que há um estudo interno para desenvolver um sistema de oferta e demanda de habitação, que está sendo desenvolvido junto ao BID;
- Outra pessoa participante registrou e saudou o movimento popular urbano pela resistência, reagir e reverter uma tentativa de golpe no



Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). Por conta disso, disse que a participação foi limitada porque só conseguiu o crachá nesse dia. Ressaltou a necessidade de pensar uma política de desenvolvimento econômico e social dos territórios e de que haverá a entrega de obras sem regulamentar as atividades econômicas locais. Reforçou a necessidade de discutir trabalho técnico social dos empreendimentos novos e em curso. Reiterou que o trabalho social é fundamental para não ficar refém do tráfico e milícias. Trouxe a necessidade de se pensar sobre os 2 anos a mais e o quanto será de recurso para esses trabalhos. Trouxe a necessidade de sair como recomendação do MCidades, em conjunto com os demais ministérios, para discutir financiamento de equipamentos de geração de trabalho e renda, técnico social articulado ao SUAS;

- Também foi trazida a questão de trabalhar as irregularidades ou passivo, com a sugestão de criar um comitê ou grupo de trabalho para esses pontos que ficaram pendentes ao longo dos anos. Ressaltou a importância de olhar para a retirada das pessoas pela milícia para que seja resolvido de forma coletiva. Ademais, fez a sugestão de que o Comitê possa discutir o programa que a SPU está montando. Por fim, solicitou informação de quais seriam o programa de locação social (piloto) para discussão. A Secretaria disse que pode trazer informações sobre o programa piloto na próxima reunião;
- Depois, representantes trouxeram 3 propostas para serem encaminhadas: no programa MCMV, atendimento às mulheres vítimas de violência; projeto piloto para populações que vivem em situação de rua no MCMV acompanhado pelas organizações e entidades; condomínio - conhecimento para que as pessoas saibam dos valores praticados pelos condomínios. Acrescentou a necessidade de investimento na autogestão. Por fim, levantou a necessidade de regionalizar as áreas da SPU; e
- Por fim, foi feita uma fala de crítica a não participação dos secretários de periferias e secretário de desenvolvimento urbano na plenária. Indagou qual o espaço haverá a discussão do MCMV rural, sobretudo a questão dos ribeirinhos. Parabenizou a equipe da Caixa presente no plenário.

A Secretaria Executiva reiterou que as questões que foram levantadas nesse momento, para além do debatido pelo Comitê, serão trazidas na próxima reunião.

Foi pactuado que a próxima reunião do Comitê de Habitação irá se debruçar nas questões trazidas ao plenário.

O relatório do Comitê de Habitação **foi aprovado por unanimidade** no plenário.



A primeira recomendação do Comitê de Habitação foi **aprovada por unanimidade**.

A segunda recomendação do CT foi **aprovada por maioria**, com 3 abstenções e 2 votos contrários.

- Nesse ponto, houve um debate se a recomendação teria que ter ajustes de texto (troca do termo “estabelece” por “orienta”) por orientação do Ministério das Cidades para que a moção seja encaminhada e aprovada internamente - não contrastando, então, com as diretrizes vigentes. O representante da Caixa reiterou essa indicação, destacando que as diretrizes para essa política foram estabelecidas em diálogo com base em critérios que consideram as produções históricas dos movimentos. Durante o debate, o Secretário Executivo sugeriu a inclusão de áreas urbanas e rurais e defendeu que o texto original do Comitê fosse submetido à votação - com o termo “estabelece”. O representante da Caixa questionou o método de diálogo e encaminhamentos do plenário, indagando que a fala do Secretário foi acatada sem questionamentos e, por fim, Getúlio reforçou que é necessário rever e debater normativas e diretrizes do MCMV e que o Conselho das Cidades é o espaço adequado para tanto.

## DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO

Ao fim, foi trazida a sugestão de apresentação de nota de repúdio à decisão do STF que fere o direito constitucional à moradia ao autorizar bancos e instituições financeiras a despejar as famílias sem um processo judicial.

A nota de repúdio foi **aprovada por unanimidade**.

Também foi apresentada a proposta de moção de apoio à permanência da Senhora Inês Magalhães na Vice-Presidência de Habitação da Caixa Econômica Federal.

A moção de apoio foi **aprovada por unanimidade**.

O pleno do Conselho fez uma homenagem para companheiros, ex-integrantes do Conselho e defensores da luta por reforma urbana, que faleceram nos últimos anos.

Na sequência, o Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Hildo Rocha, fez uma fala sobre a importância da participação nas políticas do Ministério. Enfatizou o apoio do Ministério para o Conselho e compartilhou que o Ministério das Cidades terá um prédio próprio com um espaço específico para os conselheiros do Conselho das Cidades.



## SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

A Coordenação do ConCidades definiu por continuar com a sistematização dos trabalhos após a apresentação dos relatórios dos Comitês Técnicos, ao invés de realizar uma pausa para o almoço e retomar os trabalhos no período da tarde. Assim, tanto a sistematização dos trabalhos da Coordenação da Conferência quanto do Conselho, foram realizadas rapidamente, entre as 13h20 e 14h do último dia da reunião.

Foi apresentado o calendário da 6ª Conferência Nacional:

- Texto base, convocatória e regimento interno: Janeiro de 2024
- Etapa municipal: Fevereiro até 15 de maio
- Etapa estadual: 15 de maio a agosto
- Etapa nacional: novembro de 2024

O Ministério das Cidades verificará a possibilidade de realizar a etapa estadual durante a eleição municipal. Caso não seja possível, a etapa deverá ser encerrada em julho.

As reuniões da Coordenação Executiva serão mensais, intercaladas entre virtuais e presenciais.

O tema da 6ª Conferência Nacional será a **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**. O Sistema de Desenvolvimento Urbano será considerado como parte da política.

Foi apresentada a proposta de criação de Grupo de Trabalho para elaboração do texto base, com composição a ser definida, que deverá seguir a mesma estrutura da Coordenação Executiva da Conferência.

As comissões serão definidas até janeiro, ao longo da construção do texto-base.

O relato foi **aprovado por unanimidade**.

## SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO CONCIDADES

A Coordenação Executiva será composta por um titular e um suplente de cada segmento e movimento popular, para garantir a representatividade, de acordo com o Regimento interno do ConCidades.

As reuniões do Conselho serão realizadas a cada dois meses, em janeiro, março, maio, julho e setembro de 2024, considerando o calendário da 6ª CNC,





cuja etapa nacional está prevista para novembro de 2024. A esse respeito, a nomeação da reunião como ordinária ou extraordinária será alinhado com a Consultoria Jurídica (CONJUR), já que, de acordo com o Regimento Interno, o Plenário se reúne ordinariamente a cada três meses.

As reuniões do Conselho são para titulares, suplentes e convidados, com custeio pelo Ministério; observadores e ouvintes. Houve um ponto de debate sobre a necessidade de garantir estrutura para a vinda dos convidados dos segmentos, com custeio de passagem e diária pelo Ministério conforme regimento. Os convidados foram incluídos na mesma categoria de titulares e suplentes, para efeitos de custeio de passagem e diária.

As reuniões da Coordenação Executiva serão realizadas mensalmente, em formato presencial.

Também foi abordada a necessidade de reformulação do Conselho para as próximas gestões. Foi aprovada a necessidade de formação de Grupo de Trabalho para revisão da estrutura, composição e atribuições. A sugestão de composição é de uma pessoa indicada de cada segmento. O Grupo de Trabalho deverá ser instalado na próxima reunião da Coordenação Executiva.

O relato foi **aprovado por unanimidade**.

## ENCERRAMENTO

Estando cumprida a pauta, encerrou-se a reunião. A 6ª Reunião Extraordinária foi encerrada pela Secretária-Executiva do Conselho das Cidades, Fabíola Barros. A Secretária ressaltou a importância histórica do momento e agradeceu a participação de todas as pessoas presentes, durante todo o encontro.

